



***“SEM MEDO DE SER FELIZ”: O DISCURSO DOS LIVROS DIDÁTICOS  
DE SOCIOLOGIA SOBRE AS DIFERENÇAS CULTURAIS***

***“SIN MIEDO DE SER FELIZ”: EL DISCURSO DE LOS LIBROS DE  
TEXTO DE SOCIOLOGÍA SOBRE LAS DIFERENCIAS CULTURALES***

***“WITHOUT FEAR OF BEING HAPPY”: THE DISCOURSE OF  
SOCIOLOGY TEXTBOOKS ON CULTURAL DIFFERENCES***

*Valci Melo*<sup>1</sup>

**RESUMO**

O artigo analisa o discurso de desnaturalização dos livros didáticos de Sociologia sobre as diferenças culturais. Para tal, à luz da Análise do Discurso de filiação pecheutiana, analisa-se o discurso materializado nos livros didáticos de Sociologia aprovados e recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático de 2015. Ao longo do texto, demonstra-se que os livros didáticos materializam um discurso que reconhece não somente o caráter positivo da diversidade humana, como também enfatiza a sua dimensão historicamente construída, as relações de poder que as envolve e a necessidade de superação das mais diversas formas de opressão. Por fim, conclui-se que, ao confrontar o discurso conservador que alimenta a cultura do ódio, os livros didáticos contribuem para a desconstrução de preconceitos, colocando em pauta a importância não apenas do direito à igualdade, mas também do direito à diferença. **PALAVRAS-CHAVE:** Livro didático. Identidade. Diferenças. Análise do Discurso.

**RESUMEN**

El artículo analiza el discurso de desnaturalización de los libros de texto de Sociología sobre las diferencias culturales. Para ello, a la luz del Análisis del Discurso de la filiación pecheutiana, se analiza el discurso materializado en los libros de texto de Sociología aprobados y recomendados por el Programa Nacional de Libros de Texto

<sup>1</sup> Doutor em Educação. EMEIF Imaculada Conceição, São José da Tapera, Alagoas, Brasil.

2015 de 2015. A lo largo del texto, se demuestra que los libros de texto materializan un discurso que reconoce no solo el carácter positivo de la diversidad humana, sino que también enfatiza su dimensión históricamente construida, las relaciones de poder que los rodean y la necesidad de superar lo más diverso. formas de opresión. Finalmente, se concluye que, al enfrentar el discurso conservador que alimenta la cultura del odio, los libros de texto contribuyen a la deconstrucción de los prejuicios, colocando en la agenda la importancia no solo del derecho a la igualdad, sino también del derecho a la diferencia.

**PALABRAS-CLAVE:** Libro de texto. Identidad. Diferencias. Análisis del Discurso

### ABSTRACT

The article analyzes the denaturalization discourse of Sociology textbooks on cultural differences. To this end, in the light of the Discourse Analysis of Pecheutian affiliation, the discourse materialized in the Sociology textbooks approved and recommended by the 2015 National Textbook Program of 2015 is analyzed. Throughout the text, it is demonstrated that textbooks materialize a discourse that recognizes not only the positive character of human diversity, but also emphasizes its historically constructed dimension, the power relationships that surround them and the need to overcome the most diverse forms of oppression. Finally, it is concluded that, when confronting the conservative discourse that feeds the culture of hatred, textbooks contribute to the deconstruction of prejudices, placing on the agenda the importance not only of the right to equality, but also of the right to difference.

**KEYWORDS:** Textbook. Identity. Differences. Discourse Analysis.



### Introdução

As identidades humanas, isto é, as formas de expressão e de pertencimento (HALL, 2005), têm sua origem identificada no processo de socialização das relações socioculturais, o qual é condicionado pelas dimensões temporais e espaciais. Assim, o modo como vivenciamos a nossa identidade de gênero e orientação sexual, o nosso pertencimento nacional, familiar, religioso, étnico-racial, etc. é uma ininterrupta construção social, e não um feito da natureza.

No entanto, por mais que tudo isso pareça óbvio, trata-se de uma questão difícil de lidar, tendo em vista que envolve elementos com os quais as pessoas têm não apenas uma relação racional, mas, sobretudo, uma relação socioafetiva.

No caso do Brasil, vivemos uma enorme contradição: se, por um lado, temos as diferenças culturais como um dos elementos constitutivos de nossa formação sócio-histórica, por outro lado, continuamos a conviver com registros cotidianos de intolerância, preconceito, racismo e discriminação de todas as ordens.

Essa situação histórica coloca na ordem do dia a necessidade de contribuição da educação escolar para a desnaturalização<sup>2</sup> das explicações sobre as diferenças culturais e as questões identitárias, pois, dadas as características de nossa formação social, mais que uma opção didático-pedagógica a ser assumida individualmente pelo professorado, trata-se de um compromisso sociopolítico a ser adotado pelo sistema educacional brasileiro no enfrentamento de toda e qualquer forma de opressão.

Neste cenário, encontra-se o livro didático de Sociologia, um recurso educacional que, desde 2012, ao ser inserido no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), oferece a estudantes e professores brasileiros o contato com a didatização do conhecimento sistematizado no campo da Antropologia, da Sociologia e da Ciência Política.

Enquanto recurso pedagógico, os livros escolares de Sociologia (embora não seja um privilégio dessa disciplina escolar) cumprem um importante papel não apenas na didatização, para os estudantes, do conhecimento sistematizado na área das Ciências Sociais. Eles têm forte potencial de impacto também junto aos professores, uma vez que, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2019, apenas 63,3% dos professores que atuavam no Ensino Médio brasileiro lecionavam disciplinas para as quais têm formação acadêmica compatível, seja como licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica. Isto é, diante de um cenário com baixa formação específica para lidar com os saberes disciplinares, o livro didático, muitas vezes, acaba constituindo-se, como observa Meucci (2013, p. 78), em uma espécie de “plano de aula”, de “matriz curricular” e até em “instrumento de formação docente” - situação que se arrasta desde as primeiras produções didáticas do país, ainda no século XIX, tendo em vista que, de acordo com Bittencourt (2004, p. 489-490), os livros do período 1810-1910: “[...] procuravam suprir a ausência de formação dos docentes, em sua grande maioria leigos e autodidatas”.

No caso do ensino de Sociologia, Fontes (2019) evidencia que esse papel do livro didático junto ao professorado permanece atual. Ao entrevistar autores dos cinco livros de Sociologia aprovados no PNLD de 2018, dois deles reconhecem que suas obras são mais adequadas aos professores do que aos próprios estudantes.

---

<sup>2</sup> As Orientações Curriculares para o Ensino Médio, Conhecimentos de Sociologia (OCEM-Sociologia) (MORAES; GUIMARAES; TOMAZI, 2006, p. 99-136), elegeram a desnaturalização, juntamente com o estranhamento, como o duplo papel a ser desempenhado pelo ensino das Ciências Sociais na Educação Básica. No caso da desnaturalização, nosso foco neste trabalho, entendemos tratar-se de uma forma de explicação dos fenômenos sociais alicerçada no tripé: exploração de sua origem, abordagem de suas configurações sócio-históricas e análise de suas diferentes possibilidades e alternativas.

Assim, diante da importância que esse recurso didático-pedagógico tem assumido no processo de ensino e de aprendizagem na escola brasileira, propomo-nos, neste artigo, a analisar o discurso dos livros didáticos de Sociologia aprovados e recomendados pelo PNLD de 2015 acerca das questões identitárias<sup>3</sup>.

A pesquisa deu-se à luz da Análise do Discurso de filiação pecheutiana<sup>4</sup>. A AD, como é comumente chamada, caracteriza-se, nas palavras de seu idealizador, como “uma teoria materialista do discurso” (PÊCHEUX, 1995, p. 143). Esta, em estreita articulação com o Materialismo histórico-dialético, a Linguística e a Psicanálise concebe a linguagem como atividade humana atravessada pelos interesses e conflitos sociais e “a língua [...] como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados” (PÊCHEUX, 1995, p. 91, grifos do autor). Assim, de acordo com Pêcheux, embora a linguagem se processe sob uma base material comum (a língua), seu exercício produz “efeitos de sentidos” (discursos) que só podem ser compreendidos a partir da identificação da posição ideológica do sujeito do discurso.

Essa posição ideológica corresponde à identificação do indivíduo com uma das alternativas de explicação societária em disputa no âmbito da linguagem (formação discursiva), a qual, conforme Pêcheux (1995), acaba por determinar o que de lá pode ou não ser dito.

A seguir, são apresentadas e analisadas as sequências discursivas (SD) selecionadas das obras didáticas. Uma sequência discursiva (doravante, SD) é um enunciado que materializa um discurso representativo daquilo que o pesquisador rastreia. No caso em tela, as SD foram selecionadas por serem representativas do modo como os livros didáticos de Sociologia do PNLD 2015 concebem as diferenças culturais e procuram contribuir para a desnaturalização das explicações a seu respeito, entendendo desnaturalização como uma abordagem dos fenômenos sociais que procura identificar a origem, as configurações sócio-históricas e as tendências ou possibilidades dos mesmos.

---

<sup>3</sup> A escolha pelos livros do PNLD 2015 justifica-se em virtude de ser essa a edição na qual a Sociologia teve a maior quantidade de obras aprovadas.

<sup>4</sup> Trata-se de uma perspectiva teórico-metodológica desenvolvida pelo filósofo francês Michel Pêcheux (1938-1983) entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1980 e introduzida no Brasil pela linguista Eni Orlandi. A adjetivação da AD faz-se necessária porque existem diferentes abordagens que se propõem a fazer análise discursiva, a exemplo daquela alicerçada no também filósofo francês Michel Foucault (1926-1984).

## O discurso dos livros didáticos de Sociologia sobre as questões identitárias

Embora a abordagem de algumas das questões relacionadas às diferenças culturais não constitua algo fácil de lidar, tendo em vista o tipo de relação que as pessoas têm para com as mesmas e o predomínio das explicações naturalizadoras, seja no âmbito do senso comum ou ainda em algumas áreas da produção científica, os livros didáticos de Sociologia do PNLD 2015 não somente enfrentam esse desafio de pautar os temas polêmicos, como também se posicionam em favor de seu enfrentamento sociopolítico.

[SD1] Sabemos que **as identidades humanas não são herdadas, mas construídas** por uma trama de elementos associados à personalidade, influências familiares, culturais e sociais. [...] Assim, essa **construção** é uma **ação contínua, complexa e dinâmica** que **envolve** tanto os **diferentes elementos da formação subjetiva** quanto o **contexto histórico, político e cultural** (SILVA et al., 2013, p. 338, grifo nosso).

No enunciado da SD1, recorre-se às contribuições de diferentes áreas das Ciências Humanas e da Filosofia para se falar em identidades, no plural, e não em uma suposta identidade única, que estaria mais próxima à concepção de natureza humana. Aqui, em um movimento de retorno e identificação ideológica<sup>5</sup> para com o discurso da antropologia cultural, do marxismo, dos estudos feministas e da teoria *queer*<sup>6</sup>, assume-se a radical historicidade daquilo que somos e poderemos ser, tendo em vista que “**as identidades humanas não são herdadas, mas construídas**”.

Essa construção, como assinala a SD1, é um movimento permanente e multirrelacionado, uma vez que envolve tanto aspectos de ordem subjetiva (relacionados à personalidade de cada indivíduo) como elementos objetivos, relacionados às condições sócio-históricas, políticas, econômicas e culturais de onde cada sujeito está localizado, em nível micro (família, comunidade local...) e macro (nacionalidade, modo de produção...).

<sup>5</sup> Ideologia é entendida aqui, a partir de Lukács (2013), como um conjunto de representações, valores, interesses e sentimentos orientadores da ação cotidiana em prol de um determinado projeto de sociedade, independentemente do critério gnosiológico de correção ou falsidade. Assim, o uso do termo difere tanto da banalização cotidiana relacionada à tentativa de qualificação depreciativa de um ideário com o qual não se concorda, como também procura superar a perspectiva simplista que estabelece uma relação de identidade entre ideologia e falsa consciência.

<sup>6</sup> Conforme Silva (2005), a Teoria *Queer* diz respeito a um movimento teórico-político, nascido entre os Estados Unidos e a Inglaterra, que unifica os estudos feministas e homossexuais sobre orientação sexual e identidade de gênero, defendendo a radical historicidade das identidades humanas e o questionamento da ideia de normalidade.

Assim, o discurso materializado na SD1 confronta-se com um já-dito<sup>7</sup> no interior das formações discursivas religiosas, em especial com o discurso de matriz judaico-cristã, segundo o qual, criados por Deus à sua imagem e semelhança, os seres humanos seriam imutáveis no tempo e no espaço, não havendo, pois, a possibilidade de assumirmos identidades diferentes daquelas socialmente reconhecidas como o padrão da normalidade.

Formação discursiva consiste em um lugar de enunciação que apresenta certa regularidade – mesmo que provisoriamente – ao estabelecer os sentidos autorizados e negados para as palavras pronunciadas do seu interior. Trata-se de “matrizes comuns a um conjunto de discursos” (CAVALCANTE, 2007, p. 43).

Neste sentido, concordamos com a análise de Silva (2016, p. 127), a qual, ao investigar as representações sobre arranjos familiares nos livros didáticos do PNLD 2015, assim conclui:

Ao trazer a evidência histórica e as diversas culturas, ampliou-se a noção do papel da mulher, que varia amplamente, assim como o da sexualidade ligada somente à reprodução humana como sendo aparentemente uniforme, o que trouxe um novo olhar sobre o discurso religioso.

É, pois, na mesma direção do discurso anterior que se delineia o intradiscorso da SD2:

**[SD2]** Por que seria importante pensar em parentesco se todo mundo já sabe como é sua família? É simples: quando pensamos em nossas **relações familiares** como apenas **um entre vários tipos possíveis**, podemos encarar com menos preconceito relações que a princípio nos parecem “**fugir da normalidade**”. **Se existem tantos tipos de parentesco, por que seria um problema um arranjo familiar composto de um casal de homossexuais e um filho, por exemplo?** (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2013, p. 34, grifo nosso).

Como se vê, na SD2 materializa-se um discurso que preza pela diversidade cultural, pela pluralidade, opondo-se diretamente ao discurso moralista acerca da família patriarcal e da heterossexualidade como supostos padrões de normalidade familiar e sexual.

Dialogando diretamente – em um movimento de identificação ideológica - com as contribuições da antropologia cultural, o discurso aqui materializado chama a atenção

<sup>7</sup> Conforme Pêcheux (1995), um já-dito é um discurso anterior, um pré-construído com o qual o dizer atual (o interdiscorso) dialoga em uma relação reformulação, paráfrase, substituição ou ressignificação.

para a necessidade de problematização e estudo sistemático daquilo que aparentemente já está explicado, explorando as diferentes perspectivas dos fenômenos sociais e enfrentando as atitudes de intolerância e preconceito tão presentes na cotidianidade brasileira.

É importante destacar que esse discurso se dá em um momento histórico no qual o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acabara de regulamentar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, mediante a Resolução n. 175, de 14 de maio de 2013. Por meio desse dispositivo legal, garantiu-se aos casais homoafetivos o direito ao casamento civil, situação antes dependente da interpretação de tabeliães e juízes e, portanto, sujeita diretamente às vinculações ideológicas desses operadores da lei.

Assim, o discurso materializado na SD2 ecoa do interior de uma Formação Discursiva Progressista em matéria cultural, caracterizada pelo elogio à diversidade, o respeito ao diferente e a defesa da alteridade. É, também, nessa direção que se move o discurso da SD3:

[SD3] Ter uma **visão de mundo**, avaliar determinado **assunto por certa ótica**, nascer e conviver em uma classe social, **pertencer a uma etnia**, ser **homem** ou **mulher** são algumas das condições que nos levam a pensar na **diversidade humana, cultural e ideológica**, e, conseqüentemente, na **alteridade**, isto é, no outro ser humano, que é **igual** a nós e, ao mesmo tempo, **diferente** (TOMAZI, 2013, p. 247, grifo nosso).

A SD3 mobiliza o conceito de alteridade para tratar as identidades e diferenças para além das questões culturais, incluindo nesse bojo também elementos relacionados aos aspectos físico-biológicos e aqueles que dizem respeito às preferências ideológicas.

No entanto, ao ampliar o leque da diversidade, a SD3 acaba incluindo nesse campo também as questões relacionadas à classe social: “**nascer e conviver em uma classe social**”. Isso, a nosso ver, representa algo bastante problemático, uma vez que trata sem a devida distinção assuntos que se referem à pluralidade (visão de mundo, etnia, sexo...) e um elemento que diz respeito a uma situação de desigualdade (classe social).

A diversidade étnica, cultural e ideológica é, sem dúvida alguma, motivo de respeito e celebração, pois coloca em evidência a pluralidade humana, a variedade de costumes e modos de vida e as diferentes formas de pensar, sentir e agir. No entanto, isso é muito diferente da situação de classe social, a qual, caracterizando-se como a

posição ocupada pelos indivíduos nas relações sociais de produção, tem a ver com as disparidades históricas que privilegiam alguns seres humanos em detrimento dos outros.

Enquanto pensar Diferenças significa se render à própria diversidade humana, já abordar a questão da Desigualdade implica considerar a multiplicidade de espaços em que esta pode ser avaliada. Avalia-se a Desigualdade no âmbito de determinados critérios ou de certos espaços de critérios: rendas, riquezas, liberdades, acesso a serviços ou a bens primários, capacidades (BARROS 2006, p. 201).

Assim, de acordo com o autor, enquanto as diferenças comportam características relacionadas ao diverso, ao plural, como realidades que não são idênticas, mas que também não estão em relação hierárquica, as desigualdades situam-se no âmbito da valoração, do privilégio, carregando consigo forte carga de injustiça social. Vejamos, então, como esse tema é tratado em outra obra:

[SD4] [...] Quando se fala do sexo de alguém, a referência é biológica. Mas **a vida social não se restringe à biologia**, aos traços físicos de cada pessoa. **Masculino e feminino** são mais que isso: **são construções arbitrárias, variáveis segundo cada cultura e cada sociedade**. O que é ser feminino e o que é ser masculino **não vêm com a natureza**. **As culturas é que definem** a maneira pela qual se transmitem **valores femininos e masculinos**, bem como o que se deve esperar em troca: que ocupações, gestos, atitudes e comportamentos as mulheres e os homens devem ter ou devem evitar. Isso **varia de uma sociedade para outra e também dentro de uma mesma sociedade ao longo do tempo** (BOMENY et al., 2013, p. 282, grifo nosso).

No discurso que se materializa na SD4 assume-se as contribuições teóricas dos estudos sobre gênero e sexualidade, em confronto direto com o discurso machista, homofóbico, misógino e preconceituoso. Sem arroudes, faz-se uma diferenciação entre a vida biológica e a vida social, chamando a atenção para o caráter historicamente construído dessa última, com ênfase nas relações de gênero: **“isso varia de uma sociedade para outra e também dentro de uma mesma sociedade ao longo do tempo”**.

Assim, o discurso da SD4 faz lembrar – e dialoga com - as reflexões da antropóloga estadunidense Margaret Mead (2000), na obra **Sexo e temperamento**. Nessa obra, a autora busca compreender, a partir de três sociedades primitivas da Nova Guiné, até que ponto as diferenças temperamentais entre os sexos são inatas e até que ponto são culturalmente determinadas, isto é, como o ser homem e o ser mulher se dá no interior da vida social.



Descrevendo e analisando cada uma das experiências pesquisadas, a autora destaca que enquanto entre os *Arapesh* a diferença mais nítida entre os sexos se dá no aspecto fisiológico, uma vez que ambos apresentam comportamento dócil e maternal, entre os *Mundugumor* - embora situem-se geográfica e economicamente próximos dos primeiros - acontecia justamente o oposto, fazendo-se de homens e mulheres seres masculinos, nos moldes da sociedade ocidental.

Sobre os *Tchambuli* (terceiro grupo estudado), a antropóloga destaca que, diferentemente dos dois povos anteriores, é possível ver uma nítida separação e “inversão” temperamental entre os sexos, sendo as mulheres a liderança, o sujeito dirigente, a pessoa que domina de modo impessoal, e o homem, o indivíduo emocionalmente dependente e com menos responsabilidades.

Assim, a partir dos resultados de seu vasto estudo Mead (2000) conclui que as diferenças temperamentais e as personalidades dos dois sexos são socialmente produzidas, desconstruindo, assim, a ideia de naturalmente masculino e naturalmente feminino.

É também nessa direção que segue o discurso materializado na sequência discursiva abaixo:

[SD5] A **formação de hábitos e práticas culturais** não é igual para todos os segmentos sociais, sendo **diferenciada culturalmente** (e não biologicamente) por fatores como idade, etnia, sexo, ocupação profissional, pertencimento a associações, organizações, agrupamentos definidos e outros (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2013, p. 140, grifo nosso).

Assim como a SD1, a SD5 destaca o caráter histórico e geograficamente condicionado dos costumes e práticas culturais. No entanto, o discurso materializado na SD5 acrescenta o peso da diferenciação social no processo de formação de nossos costumes e práticas culturais: **“não é igual para todos os segmentos sociais”**.

É interessante notar que essa reflexão se dá no interior de um subtópico intitulado **Indústria cultural e práticas sociais**, ocasião em que as autoras recorrem tanto ao conceito bourdieusiano de distinção social, elaborado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), como também ao conceito de indústria cultural, desenvolvido pelos frankfurtianos<sup>8</sup> Theodor Adorno e Max Horkheimer.

---

<sup>8</sup> É assim chamado o movimento sócio-filosófico inicialmente denominado *Instituto para a Pesquisa Social*, criado na Universidade de Frankfurt, Alemanha. Posteriormente popularizado como Escola de Frankfurt, esse movimento teve entre os seus principais expoentes: Theodor Adorno (1903-1969), Max

No ensaio **Indústria cultural**, publicado no interior da obra **A dialética do esclarecimento**, Adorno e Horkheimer (2002) criticam a redução da arte e da cultura à condição de mercadoria padronizada a ser adquirida pela massa indistinta de consumidores de entretenimento, cujas necessidades são fabricadas e internalizadas juntamente com o produto consumido. Segundo os autores, esse processo, que eles denominam **indústria cultural**, é protagonizado, em sua época, pelo rádio e pelo cinema, os quais, na condição de meios de comunicação de massa sob o domínio da classe dominante, atuam na internalização de padrões de vida e de consumo responsáveis pela criação de necessidades iguais no interior de uma sociedade desigual; na fusão entre cultura e entretenimento; no lazer como extensão do trabalho; e, sobretudo, na redução das pessoas a simples consumidores, em um movimento contínuo de simplificação e banalização da arte e da vida (a arte sem sonho).

É, pois, em sintonia com essas reflexões que entendemos está o discurso materializado na SD5, na medida em que o mesmo trabalha no limite das contradições entre a tentativa de padronização das massas pela indústria cultural e o processo de diferenciação cultural característico da formação de hábitos e práticas culturais.

[SD6] Ao contrário do que se pensa, a **África** tem muitas histórias. Foi neste continente que **surgiu a humanidade**. O *Homo sapiens* – inteligente, forte, habilidoso e com muitas capacidades técnicas e culturais – se desenvolve e progride, e mais, tinha a **pele negra**. Somente **milhares de anos** depois com a **migração** desse homem e sua **adaptação ao clima**, na Ásia, na Europa e nas Américas, é que surge o *Homo sapiens* branco ou de **pele mais clara** (OLIVEIRA; COSTA, 2013, p. 280, itálico dos autores; negrito nosso).

A SD6 contrapõe-se ao discurso homogeneizador, racista e preconceituoso acerca do continente africano e das questões étnico-raciais, chamando a atenção para a riqueza histórico-cultural da África, berço do surgimento da humanidade.

Essa reflexão acontece no momento em que a obra aborda o tema do racismo, comportamento tão presente na cotidianidade brasileira a ponto de a antropóloga Lília Schwarcz (2012) falar de um “racismo à brasileira”. Isto é, conforme analisa a autora, apesar de evoluir de uma perspectiva negativa (a defesa de um necessário branqueamento, predominante no final do século XIX), para uma manifestação otimista

---

Horkheimer (1895-1973), Herbert Marcuse (1898-1979) e Walter Benjamin (1892-1940). O grupo ficou conhecido pela elaboração de uma *Teoria Crítica*, a partir da qual chamam a atenção para as contradições que envolvem o avanço científico e tecnológico (a razão instrumental que escraviza o ser humano ao invés de libertá-lo) e para os riscos de padronização da cultura (indústria cultural) (ARANHA; MARTINS, 2003).

(o discurso da miscigenação como especificidade nacional, símbolo de brasilidade a partir dos anos 1930), o racismo no Brasil nunca deixou de existir, caracterizando-se, segundo Schwarcz (2012, p. 32), como: “[...] um tipo particular de racismo, um racismo silencioso e que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade e da igualdade das leis, e que se lança para o terreno do privado o jogo da discriminação”.

Wellington Narde Navarro da Costa (2017), em sua dissertação de mestrado intitulada **Sociologia em “mangas de camisa”: representação do negro brasileiro nos livros didáticos**, chama a atenção para a falta de representatividade dos pensadores negros na abordagem que os manuais escolares fazem da temática étnico-racial. Segundo o autor (2017, p. 70):

[...] é necessário demonstrar que na mesma época em que Florestan Fernandes e tantos outros sociólogos brancos estavam realizando estudos sobre o grupo negro no Brasil, havia também, por exemplo, um sociólogo negro chamado Alberto Guerreiro Ramos produzindo estudos rigorosos sobre a realidade nacional, incluindo a questão racial e tecendo críticas contundentes ao próprio programa de pesquisa implementado pela Unesco.

Isso porque, conforme Costa (2017, p. 68): “Todos os livros que integram o PNLD - 2015, em maior ou menor grau, reduziram a originalidade crítica dos estudos sociológicos sobre a questão racial à obra de Florestan Fernandes”. Assim, segundo o autor, ao ignorar as contribuições teóricas de importantes intelectuais negros brasileiros como: Guerreiro Ramos, Clóvis Moura e Virginia Bicudo, os livros didáticos de Sociologia acabam reproduzindo o racismo estrutural que procuram combater:

O racismo e a colonialidade do saber operam de maneira tão exitosa que o material didático destinado aos alunos de Sociologia no Ensino Médio pode mencionar os estudos das relações raciais da década de 1950 sem sequer citar Guerreiro Ramos, indiscutivelmente o mais importante sociólogo deste período (COSTA, p. 75).

A análise de Costa (2017) exemplifica, a nosso ver, a complexidade que envolve o processo de desnaturalização das explicações acerca da realidade social, tendo em vista que a sub-representação da intelectualidade negra na abordagem da temática étnico-racial, conforme apontada pelo autor, torna o processo de desnaturalização do referido assunto, no mínimo, incompleto.

Voltando ao discurso materializado nas SD1 a SD6, entendemos que o mesmo assume o desafio de remar na contramão das explicações simplistas e naturalizadoras, colocando em evidência que **“as identidades humanas não são herdadas, mas**

**construídas**” (SILVA et al., 2013, p. 338, grifo nosso); chamando a atenção para a necessidade de se **“encarar com menos preconceito relações que a princípio nos parecem ‘fugir da normalidade’”** (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2013, p. 34, grifo nosso); estimulando o respeito à **“diversidade humana, cultural e ideológica”** (TOMAZI, 2013, p. 247, grifo nosso); defendendo que **“as culturas é que definem a maneira pela qual se transmitem valores femininos e masculinos”** (BOMENY et al., 2013, p. 282, grifo nosso); enfatizando que **“a formação de hábitos e práticas culturais não é igual para todos os segmentos sociais”** (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2013, p. 140, grifo nosso) e reafirmando que, **“ao contrário do que se pensa, a África tem muitas histórias”** (OLIVEIRA; COSTA, 2013, p. 280, grifo nosso).

Assim, temos materializado nos enunciados acima um discurso que reconhece não apenas a positividade da diversidade humana, como também destaca a sua dimensão historicamente construída, as relações de poder envolvidas e a necessidade da superação do etnocentrismo e da vivência da alteridade. Ao fazer isso, o referido discurso contribui para a desconstrução de preconceitos, problematizando padrões culturais e demonstrando ser o processo de socialização e de relacionamento sociocultural o fundamento de nossas identidades familiares, sexuais, de gênero, étnico-raciais, ideológicas, etc.

A abordagem dessas questões não se dá de forma homogênea. Algumas obras dedicam capítulos específicos a alguns desses temas:

- a) Sociologia em movimento e Sociologia para jovens do século XXI na abordagem de gênero e sexualidade, raça/etnia e racismo;
- b) Sociologia para jovens do século XXI, Tempos modernos, tempos de Sociologia e Sociologia com religião/religiosidade;
- c) Sociologia e Sociologia para jovens do século XXI com juventude;
- d) Sociologia na abordagem do tema família;
- e) Sociologia para jovens do século XXI, Tempos modernos, tempos de Sociologia com o tema identidade/diferença.

Nas obras Sociologia para o Ensino Médio e Sociologia Hoje, os temas gênero e sexualidade, raça/etnia, família e identidade/diferença são tratados no interior de discussões sobre socialização/instituições sociais, cultura, trabalho/desigualdades, formação social brasileira e movimentos sociais.

Silva (2016), ao investigar a presença e as possíveis interseccionalidades entre gênero, raça/etnia, classe e geração nos livros didáticos de Sociologia do PNLD 2012 e

2015, chama a atenção para as influências das políticas encabeçadas por órgãos oficiais do Governo Federal como a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) na garantia de alguns desses temas nos livros didáticos, tendo-se em vista a ampliação de sua exigência entre o edital do PNLD de 2012 e o de 2015. Essa reflexão é importante para pensarmos as condições de produção do discurso dos livros didáticos de Sociologia face às exigências e aos critérios de avaliação/eliminação do edital do PNLD 2015.

Orlandi (2007, p. 30), ao analisar as condições de produção do discurso, destaca: “podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”.

No caso em tela, entendemos ser importante considerarmos que as obras em análise estão inseridas no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que é controlado pelo Estado brasileiro desde a própria elaboração do edital de convocação das editoras, conforme relatado no guia do livro didático de Sociologia para o PNLD 2012:

[...] o Edital é o instrumento de chamada pública para a inscrição dos livros. Em suas páginas são apresentados os princípios e critérios para avaliação das obras didáticas. É um documento cuja formulação exige muito cuidado, pois é peça fundamental que orienta todo o processo de avaliação dos livros (BRASIL, 2011, p. 8).

Esse documento estabelece exigências e especificações que vão da estrutura física (quantidade máxima de páginas, tamanho, qualidade da impressão, uso de imagens, etc.) aos critérios de avaliação/exclusão. Este último elemento, por sua vez, divide-se em “critérios eliminatórios comuns a todas as áreas” e “critérios eliminatórios específicos das áreas”. No primeiro bloco, encontram-se exigências jurídicas, morais, teóricas e pedagógicas. No segundo grupo apresenta-se uma lista de objetivos específicos interdisciplinares a serem alcançados a partir de cada área do conhecimento e os critérios eliminatórios específicos para o componente curricular com exigências tanto para o livro destinado ao estudante como para o manual do professor.

Como os livros didáticos, para serem avaliados e, quem sabe, aprovados, precisam cumprir as exigências do edital do PNLD, consideramos que o mesmo constitui-se uma das condições restritas de produção do discurso materializado nessas

obras. Naquilo que nos interessa mais diretamente aqui (o discurso sobre as questões identitárias), algumas das exigências do edital ajudam a esclarecer o porquê de todas as obras apresentarem um discurso que não apenas procura desnaturalizar os temas relacionados às diferenças culturais, como também se posicionam contra posturas preconceituosas, racistas, etc. Uma das pistas pode ser encontrada nos objetivos específicos, interdisciplinares da área Ciências Humanas, onde consta:

[...] a partir dos estudos realizados na área de Ciências Humanas, busca-se garantir aos estudantes: [...] **reconhecer e respeitar diferenças, mantendo e/ou transformando a própria identidade**, percebendo-se como sujeito social construtor da história (BRASIL, 2013, p. 50, grifo nosso).

Entendemos que embora não esteja definida no edital uma relação exclusiva entre esse objetivo e o ensino de Sociologia, tendo em vista tratar-se de uma finalidade definida para a área de conhecimento Ciências Humanas, alguns dos critérios específicos voltados ao componente curricular Sociologia chamam essa responsabilidade para si. Isso fica claro tanto na definição da Antropologia Cultural como uma das três disciplinas que compreende o ensino de Sociologia na Educação Básica, como também ao se exigir que cultura, etnocentrismo, socialização e identidade social estejam entre as categorias obrigatórias a serem abordadas nos livros didáticos (BRASIL, 2013, p. 56).

Saindo da esfera das circunstâncias da enunciação, daquilo que Orlandi (2007) chama de contexto imediato, adentraremos agora nas condições amplas de produção do discurso dos livros didáticos sobre as questões identitárias. Entendemos que esses discursos vinculam-se à Formação Ideológica Progressista, caracterizada no campo cultural pela defesa das minorias, pela valorização da diversidade étnico-racial, sexual e religiosa, bem como pela denúncia e enfrentamento do preconceito, da discriminação, da intolerância, do racismo, da homofobia e das mais diversas formas de opressão.

Materializada na linguagem como Formação Discursiva Pluralista, essa matriz de sentidos agrupa diferentes **posições-sujeito** (socialistas, humanistas, pós-estruturalistas...). A posição-sujeito corresponde à identificação ideológica do enunciador, expressa no âmbito da linguagem, com um conjunto de representações, valores, interesses e sentimentos orientadores da ação cotidiana em prol de um determinado projeto de sociedade.

Nesse sentido, a Formação Discursiva Pluralista, ressalvada a sua heterogeneidade ideológica, tem em comum o reconhecimento da diferença cultural como um fenômeno relacionado à diversidade humana, colocando na ordem do dia a importância não apenas do direito à igualdade, mas também do direito à diferença. Não entraremos no mérito do debate acerca de qual posição-sujeito explora em maior ou menor profundidade essas questões, tendo em vista que, naquilo que nos interessa aqui, independente das ênfases, toda a formação discursiva confronta-se com o caráter naturalizador da Formação Ideológica Conservadora, que trata as diferenças com critérios hierarquizantes, legitimando situações de preconceito, racismo, discriminação, homofobia ou, no máximo, limitando-se a tratá-las no âmbito da igualdade jurídico-política (todos são iguais perante a lei).

Para opor-se à Formação Ideológica Conservadora, o discurso dos livros didáticos de Sociologia sobre as questões identitárias problematiza e historiciza a normatividade, confrontando as explicações simplistas e naturalizadoras em um contexto de reavivamento da intolerância (religiosa, política, cultural, ideológica, etc.) e de regressão nos padrões mínimos de convivência com o diferente. Contudo, é importante lembrar que esse discurso não é novo. Ele veio se fortalecendo no Brasil desde os anos 1980 no âmbito do Estado, via políticas públicas, e no campo da produção teórica, com ênfase para as Ciências Sociais e a Educação. No aspecto jurídico-político pode-se destacar, entre outros marcos:

- a) a Constituição Federal de 1988 e o reconhecimento não apenas da diversidade cultural brasileira, mas também do direito à igualdade e à diferença, a exemplo da garantia de direitos específicos para a população indígena e quilombola;
- a) a Lei nº. 9.504, de 30 de setembro de 1997 e o estabelecimento de cota mínima de 30% de candidatura de mulheres nos partidos políticos;
- b) a Publicação, em 1998, de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) voltados ao tratamento escolar de temas transversais, entre os quais: Ética, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual;
- c) a Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002 e criação do Programa Diversidade na Universidade com foco no acesso de afrodescendentes e indígenas ao Ensino Superior;
- a) a Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e a garantia do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas;

- b) a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 e a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher;
- c) a Lei nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007 e o estabelecimento do dia 21 de janeiro como Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa;
- d) a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 e a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial;
- e) a Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a regulamentação do direito ao casamento civil entre pessoas de mesmo sexo;
- f) a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 e a criação do Estatuto da Juventude.

No campo teórico, ganharam espaço nas Ciências Sociais brasileiras e na área da Educação, especialmente no âmbito dos estudos curriculares, as reflexões de Stuart Hall, Michel Foucault, Jacques Derrida, entre outros autores vinculados aos Estudos Culturais, ao movimento feminista, à teoria *queer*, ao pós-estruturalismo, etc. Apesar da enorme heterogeneidade que as caracterizam, todas essas perspectivas teóricas apresentam contribuições para a renovação da maneira de compreender e lidar com as questões identitárias, criando, assim, um ambiente intelectual e político propício ao discurso materializado nos livros didáticos de Sociologia acerca das diferenças culturais. Esse discurso, a nosso ver, cumpre não somente o trabalho de desnaturalização das explicações acerca da temática em discussão, como também reverbera a necessidade de enfrentamento às várias formas de opressão.

### **Considerações finais**

Conforme anunciado, ao longo do presente artigo, analisamos o discurso de desnaturalização dos livros didáticos de Sociologia sobre as diferenças culturais. Para tal, recorreremos aos procedimentos teórico-metodológicos da luz da Análise do Discurso de filiação pecheutiana.

A partir de nossa análise, identificamos que predomina nas obras a Formação Ideológica Progressista, materializada na Formação Discursiva Pluralista. Assim, conforme apontado ao longo do texto, os livros didáticos de Sociologia do PNLD 2015 materializam um discurso que reconhece não somente o caráter positivo da diversidade humana, como também enfatiza a sua dimensão historicamente construída, as relações



de poder que as envolve e a necessidade de superação das mais diversas formas de opressão.

Esse discurso, a nosso ver, é muito importante para a formação intelectual e moral da juventude brasileira, sobretudo em um país marcado pelo racismo estrutural, por altos índices de homofobia, intolerância religiosa, violência contra a mulher, entre outros casos de explícito desrespeito aos padrões mínimos de tolerância e alteridade. Ao confrontar o discurso conservador que alimenta a cultura do ódio, os livros didáticos contribuem para a desconstrução de preconceitos, colocando na ordem do dia a importância não apenas do direito à igualdade, mas também do direito à diferença.

Nossa análise demonstrou que os livros de Sociologia do PNLD 2015, ao didatizarem os conhecimentos das Ciências Sociais para o Ensino Médio, fazem isso dialogando com o debate de uma época, sob condições de produção do discurso que nos ajudam a entender o avanço ou a limitação de determinadas abordagens e, portanto, articulando, sem qualquer demérito, uma abordagem científica e pedagógica dos fenômenos sociais analisados com uma perspectiva ideológica em prol de um determinado projeto de sociedade.

Por fim, destacamos que, embora o discurso de desnaturalização das diferenças culturais, presente nas obras analisadas, não seja garantia de uma prática pedagógica efetivamente desnaturalizadora no ambiente escolar, a ausência desse debate no material didático reduziria ainda mais as possibilidades de contribuição do ensino de Sociologia na formação dos estudantes brasileiros. Mas essa preocupação com a forma de recepção, avaliação e utilização do livro didático por estudantes e professores de Sociologia e a efetivação do princípio da desnaturalização, embora justa e pertinente, já não pertence às ambições da presente pesquisa.

## Referências

ADORNO, T.; HOKHEIMER, M. Indústria Cultural. *In*: ADORNO, T.; HOKHEIMER, M. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à Filosofia. 3. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2003.

ARAÚJO, S. M.; BRIDI, M.A.; MOTIM, B. **Sociologia**. São Paulo: Scipione, 2013.

BARROS, J.D'A. Igualdade, desigualdade e diferença: contribuições para uma abordagem semiótica das três noções. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 39, p. 199-218, abr. 2006. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/17995>. Acesso em: 22 nov. 2015.

BITTENCOURT, C. M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 3, p. 475-491, dez. 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27953>. Acesso em: 5 jan. 2020.

BOMENY, H. et al. **Tempos modernos, tempos de Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Sociologia**. Brasília: MEC/SEB, 2011.

BRASIL. **Edital de convocação 01/2013**. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2015. Brasília: MEC/FNDE/SEB, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução n. 175, de 14 de maio de 2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Disponível em: [https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao\\_175\\_14052013\\_16052013105518.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_175_14052013_16052013105518.pdf). Acesso em: 30 ago. 2021.

CAVALCANTE, M. S. A. O. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: o simulacro de um discurso modernizador**. Maceió: Edufal, 2007.

COSTA, W. N. N. **Sociologia em “mangas de camisa”**: representação do negro brasileiro nos livros didáticos. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FONTES, B. S. **Entre o “chão da escola” e a universidade**: a antropologia nos manuais didáticos de sociologia. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

GOUVÊA, A. G. S. **Arranjos familiares e educação**: uma análise das representações dos livros de sociologia do Programa Nacional do Livro Didático de 2015. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Adequação da formação docente 2019**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionai>. Acesso em: 16 ago. 2020.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO, I. J. R.; AMORIM, H.; BARROS, C. R. **Sociologia hoje**. São Paulo: Ática, 2013.

MEAD, M. **Sexo e temperamento**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MEUCCI, S. Notas para um balanço crítico da produção recente dos livros didáticos de Sociologia no Brasil. *In*: OLIVEIRA, L. F. (org.). **Ensino de sociologia: desafios teóricos e pedagógicos para as ciências sociais**. Seropédica/Rio de Janeiro: EDUR, 2013.

MORAES, A. C.; GUIMARÃES, E.; TOMAZI, N. D. Sociologia. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações curriculares para o Ensino Médio**. Brasília, DF, 2006.

OLIVEIRA, L. F.; COSTA, R. C. R. **Sociologia para jovens do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, A. et al. **Sociologia em movimento**. São Paulo: Moderna, 2013.

SILVA, S. P. **As interseccionalidades entre gênero, raça/etnia, classe e geração nos livros didáticos de Sociologia do PNLD**. 2016. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

TOMAZI, N. D. **Sociologia para o ensino médio**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Recebido em novembro de 2021.

Aprovado em março de 2022.